



Ideologia da negritude: Eduardo de Oliveira e Oliveira e a radicalidade do campo das relações raciais

Marcos Queiroz¹

Fernanda Lima da Silva²

The ideology of blackness: Eduardo de Oliveira e Oliveira and the radicalism of the field of race relations

La ideología de la negritud: Eduardo de Oliveira e Oliveira y el radicalismo del campo de las relaciones raciales

Resenha do livro: OLIVEIRA, Eduardo de Oliveira e. *Contraideologia da mestiçagem*. Rafael Petry Trapp (org.). Rio de Janeiro, Zahar, 2025, 336p.

Introdução

Nas últimas décadas, as políticas de ações afirmativas redefiniram a composição do corpo estudantil do ensino superior brasileiro. As cotas ajudaram a romper o “confinamento racial” (Carvalho, 2006), incrementando a presença negra no ambiente universitário e dando concretude ao sonho e ao projeto político de gerações de intelectuais e militantes negros. Essa transformação do

1 Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa – Brasília – DF – Brasil – marcosvlq@gmail.com – ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3644-7595>

2 Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa – Brasília – DF – Brasil – fernanda.slima@gmail.com – ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5225-1253>

perfil discente conduziu à formação, em várias instituições, de coletivos negros que tinham como exigência o aprofundamento das mudanças: incorporação de autores e autoras negras nas ementas das disciplinas, cotas na pós-graduação, introdução do elemento racial na política de assistência estudantil, criação de disciplinas centradas nas relações raciais e contratação de professores negros e negras. A implementação das cotas deveria ser não um limite, mas a abertura para novas transformações.

Vivendo esse processo, muitos de nós nos acostumamos a alguns ritos de iniciação ao ingresso e à formação na luta negra universitária. Exibir o documentário *Ôrí* (direção Raquel Gerber, 1989) nas recepções dos cotistas era, a cada início de semestre, um desses ritos. Narrado por Beatriz Nascimento, *Ôrí* era uma forma de introduzir os e as estudantes à história da base acadêmica do movimento negro (Ratts, 2011), apresentar intelectuais da luta antirracista e gerar um sentimento de pertencimento e responsabilidade. Todos os sujeitos e ideias introduzidos cena a cena davam – e dão – conta do desafio colocado. Ser um estudante negro no ambiente universitário era, simultaneamente, ser resultado e potencial desdobramento daquela história.

Entre as figuras que apareciam no documentário, uma chamava a atenção por sua postura provocadora. Sua acidez crítica, seu despeito pelo poder e sua performance indisciplinada, dentro de uma estrita disciplina militante, condensavam o espírito daquela geração de militantes negros que, entre as décadas de 1970 e 1980, abalariam a forma de conceber o Brasil. Para os estudantes da era das cotas, Eduardo de Oliveira e Oliveira emergia como um modelo de intelectual público, pois, sem perder a contundência da crítica ao racismo, ele chamava a atenção por não corresponder facilmente às caixinhas da identidade e dos estereótipos produzidos a respeito da militância negra.

A presença marcante, ainda que fugaz, de Eduardo em *Orí* revelava como o espaço acadêmico foi constitutivo dos movimentos e discursos negros da segunda metade do século XX. Suas intervenções na Semana do Negro da USP de 1977, registradas no documentário, nos diziam como o embate dentro da universidade foi fundamental para germinar o léxico político que iria pautar o debate público nas décadas seguintes, da redemocratização e do processo constituinte à construção do marco normativo das políticas de promoção da igualdade racial. De *Ôrí*, escapava Eduardo como um registro mais direto desse processo.

No entanto, para aqueles que assistiam o documentário e corriam para procurar textos dos intelectuais que nele interviam, as produções de Eduardo sempre foram as mais difíceis de encontrar. Ao longo dos anos, os escritos

de intelectuais como Beatriz Nascimento, Lélia Gonzalez e Abdias Nascimento eram compilados, editados e postos em circulação, o que permitia que gerações de estudantes e professores reivindicassem a centralidade de suas contribuições para as ciências humanas e sociais no Brasil. Eduardo, no entanto, continuava como figura mais ou menos obscura e enigmática. Por isso, a publicação de *Contraideologia da Mestiçagem* (Zahar, 2025) vem em boa hora e preenche uma lacuna decisiva no trabalho de resgate do pensamento negro brasileiro.

Organizada por Rafael Petry Trapp e com prefácio de Flávia Rios, a obra é uma coletânea de textos localizados do arquivo do intelectual e militante depositado na Unidade Especial de Informação e Memória da Universidade Federal de São Carlos. Está dividida em três partes, que retomam seus ensaios de cunho sociológico (Parte I), os relatórios e os capítulos inconclusos da sua tese de doutorado (Parte II) e suas intervenções políticas, destacadamente, suas propostas para a institucionalização do campo das relações raciais (Parte III). O que a obra ajuda a desvelar é um intelectual engajado em várias frentes, que foge dos padrões e enquadramentos da academia.

Eduardo estava na universidade, mas seu projeto acadêmico não se separava das suas sociabilidades e da sua militância. A respeito desta última, é importante entendê-la não de um ponto de vista estreito, unicamente vinculado a organizações políticas tradicionais, mas também ao teatro, à montagem de exposições artísticas e científicas e à conexão firme e compromissada com diversas associações negras. Nesse contexto, Eduardo surge como um elo entre gerações e práticas da luta negra. Interessado em compreender, como parte do seu projeto de pesquisa no doutorado, as distintas fases organizativas dos “movimentos dos meios negros”, ele conectava os militantes das décadas de 1930, 1940 e 1950, oriundos da Frente Negra Brasileira e da Associação Cultural do Negro, à geração que emergia ao longo da década de 1970 e que tomava a universidade como um ambiente estratégico da luta contra o racismo.

Como os textos presentes na coletânea evidenciam, Eduardo não só se contrapunha a um estereótipo específico de militante negro, mas também de acadêmico. Sua construção intelectual não se fazia somente dentro de gabinetes, salas de estudo e grupos de pesquisa, pois a academia não era, e não podia ser, um ofício fechado em si. Como ele próprio destaca em *Ôrí*, estar na academia não significava um “aburguesamento” de si. O fazer intelectual era indissociável do envolvimento com o devir histórico, do mergulho na sociedade de seu tempo e das urgências políticas que a informavam. É neste contexto que se revelam os dois fundamentos de sua agenda de pesquisa, expressos ao longo de toda a

Contraideologia da Mestiçagem: decifrar a fundação da ideologia da mestiçagem e o lugar nela atribuído ao “mulato”; e examinar e reconstruir a agência negra na República, a partir das categorias de “negritude” e “negritude”.

A ideologia da mestiçagem posta em questão

Uma das contribuições principais da obra de Eduardo é compreender e re-alarizar a crítica da ideologia da mestiçagem à luz de uma concepção polar das relações raciais. Em seu texto mais conhecido, *O mulato, um obstáculo epistemológico*, encontramos a articulação mais evidente e densa da questão. Sua análise é construída a partir da ideia de Frantz Fanon de uma binaridade constitutiva do sistema colonial. Assim como argumenta o intelectual martinicano, para Eduardo, falar de relações raciais é sempre falar de coerção, isto é, de violência, poder e produção de hierarquias sociais. Na medida em que a “raça” constitui um corte no que a modernidade entende como humanidade, as relações raciais são sempre polares, “podendo ou não ser antagônicas” (Oliveira, 2025: 29). Ainda que o espectro cromático seja amplo e não opere abertamente em polos agonísticos, as relações são predominantemente estabelecidas entre brancos e negros – ou, melhor dizendo, entre grupos sociológica e politicamente entendidos como brancos e negros, visto que a “raça” não é um fenômeno de existência intrínseca à humanidade, mas uma construção.

A partir dessa base fanoniana, Eduardo repensa criticamente o lugar ocupado pela ideia de mestiçagem e suas respectivas figuras – como o “mulato”, o “mestiço”, o “moreno”, o “pardo” – na formação social brasileira. Seu alvo são as concepções do historiador estadunidense Carl N. Degler e de seus congêneres brasileiros, a exemplo de Gilberto Freyre, para os quais o “mulato” seria um *escape hatch* na formação social brasileira, isto é, uma válvula de escape, uma saída de emergência capaz de despressurizar o racismo e adocicar as interações entre as raças. Encontro possível entre os polos, o mulato seria, para esta tradição, a possibilidade de aparar de arestas, escapar do conflito e harmonizar as relações sociais: um veículo de democratização racial, sendo o seu principal beneficiado.

Retomando a própria semântica por trás do *escape hatch*, Eduardo aponta que a tradução correta seria tomar a construção do “mulato” como um alçapão, um sumidouro, um confinamento – uma armadilhada preparada que deforma a percepção da realidade. Essa construção não só ocultaria que tanto o “negro” quanto o “mulato” e as demais categorias de racialização dos não-brancos foram gestadas pelo sistema de significação escravocrata, como apagaria a forma

violenta e polar pela qual opera o racismo. Longe de terem uma ontologia, um significado intrínseco, as categorias de “negro” e “mulato” colocariam uma série de desafios políticos epistemológicos a serem apontados e enfrentados no processo de luta por liberdade e justiça social.

Conectada às lutas das organizações negras do passado e do presente, a crítica de Eduardo era propositiva. A contestação da ideologia da mestiçagem estava atrelada à visualização e à construção política do sujeito negro. Este sujeito era determinável não só do ponto de vista histórico e sociológico, mas também político, na medida em que revelava as contradições fundamentais da sociedade brasileira. Retomando as ideias do antropólogo estadunidense Marvin Harris (1970), Eduardo aponta a correspondência entre raça e classe no Brasil, em que as gradações cromáticas informam a lógica da economia política: quanto mais negro o fenótipo, mais baixa a classe social. Na medida em que os negros (aqui, já tomando o somatório das pessoas “pretas”, “pardas”, “mulatas”, “morenas”, como expressão do lado não-branco da lógica polar das relações raciais) são a maioria não só do povo brasileiro como um todo, mas da classe trabalhadora e do amplo setor de despossuídos em particular, o poder negro tem um potencial revolucionário no Brasil.

A agenda de investigação em torno da ideologia da mestiçagem proposta por Eduardo é assentada em quatro fundamento-movimentos: (i) tomar as relações raciais como uma construção social baseada na polaridade, em que o “negro” se constitui em relação ao mundo “branco” – relação polar/binária que não é sequer de inferioridade, mas de inexistência, de negação, de não-ser, como propõe Fanon; (ii) entender a narrativa da mestiçagem como uma ideologia contrarrevolucionária que, sob o mote da ambiguidade racial, deforma a estrutura polar mantenedora de uma lógica colonial; (iii) resgatar, em termos históricos e sociológicos, a construção do “negro” na formação social brasileira, que é encontrada nos dados e na história da violência racial e na trajetória das experiências e lutas contra o racismo; (iv) a partir dessa reconstrução, forjar estrategicamente o sujeito político negro. Na práxis de Eduardo, nenhuma dessas etapas está seccionada da outra: a crítica, a análise e a proposição ocorrem de forma concomitante. Daí a articulação entre seus lugares como militante e acadêmico.

O negro enquanto sujeito histórico

Essas formulações levavam ao segundo eixo das suas preocupações de pesquisa: a agência negra na República e as formas pelas quais a população negra

tentou se integrar e se adaptar ao processo de modernização brasileira. Em diálogo com a Escola de Sociologia Paulista, Eduardo buscava aprofundar o entendimento do pós-abolição e das disputas em torno da cidadania e da identidade nacional. No entanto, esse diálogo era marcado por tensão e distanciamento crítico, na medida em que, para Eduardo, era fundamental tomar o negro como sujeito histórico que reconstruía politicamente sua subjetividade diante dos embates da sociedade de classes. Diferentemente do modelo sociológico posto pela referida Escola e predominante naquele momento, não era o “trauma da escravidão” que explicava o lugar ocupado pela população negra na República. Outros elementos deveriam entrar em jogo: particularmente o racismo e seu lugar na construção de uma ideologia nacional, mas também a contracultura política negra e os múltiplos revides por ela articulados.

É neste contexto que ganham importância as categorias de “negridade” e “negritude”. Ao se perguntar sobre os “movimentos sociais dos meios negros” nas primeiras décadas do século XX, Eduardo aponta que eles estavam fundados numa “contraideologia” – a “negridade” – que expressaria “as primeiras tentativas para a correção das contradições entre um substrato legal e uma realidade social” (Oliveira, 2025: 102). Como contraideologia, a negridade seria um contraponto *dentro* da ideologia dominante, uma consciência em-si e para o outro, o branco. No Brasil da primeira república, a negridade possuiu uma forma (a imprensa negra, a literatura, a arte, o teatro, os congressos, as associações e outras formas de organização negra), um discurso (a construção política do termo negro em contraposição a termos como “mulato” e “homens de cor”) e um conteúdo (a luta pela legalidade e por cidadania, pela efetivação de direitos e pela igualdade) próprios. Esta contraideologia era característica de uma subjetividade que lutava por dignidade e respeito, sem, no entanto, atacar diretamente os fundamentos da ordem racial brasileira. A despeito disso, argumentava Eduardo, a negridade estressava as contradições da ordem racial vigente e poderia servir de passagem para a “negritude”, esta tida como uma verdadeira ideologia, manifestação de uma consciência para-si, construída a partir dos seus próprios termos *contra* a ideologia dominante.

A elaboração das categorias de “negridade” e “negritude” se faz a partir do diálogo com Aimé Césaire, Leopold Senghor e Jean-Paul Sartre. Essa combinação de distintas formas de pensar o negro na modernidade permite uma concepção de “negritude” que une a ideia de uma consciência relacionada à personalidade africana com o pano de fundo histórico de emergência do ser. Nesse sentido, “negridade” e “negritude” são conceitos que permitem ler a agência negra, em seus fluxos entre-mares, à luz da formação social brasileira.

Nesse ponto é importante ressaltar que, quando Eduardo fala de uma ideologia da negritude, ele não está preocupado especificamente com processos de construção de identidade. Seu diálogo com os autores acima mencionados precisa ser compreendido desde a importante influência fanoniana em seu modo de pensar. Sua principal preocupação está na busca por entender como tem se dado a construção das relações raciais ao longo da formação social brasileira. Essa “sociogênese” da “raça” (Faustino, 2015) é uma desnaturalização radical da própria “raça” como um dado imanente da realidade: não só o racismo é construído socialmente, mas suas respectivas categorias (“branco”, “negro”, “mulato”, etc.) também o são. Desse modo, elas podem ser mobilizadas estrategicamente tanto para a manutenção como para a transformação das relações sociais das quais emergem.

Diante dessas considerações, ressalta-se que o título do livro leva a certa confusão, pois talvez aquilo que melhor expressasse o pensamento de Eduardo não fosse uma contraideologia da mestiçagem, mas sim uma *ideologia da negritude* – aquilo a que o movimento negro globalmente passou a chamar de consciência negra. A passagem da contraideologia para a ideologia, da “negritude” para a “negritude” era uma preocupação investigativa e prática, era o núcleo da práxis de uma geração que teve em Eduardo um de seus protagonistas. Essa passagem revelava o sentido por trás das relações raciais, entendidas não como algo engessado, mas que pode ser alterado a partir da crítica e da política.

Além disso, ao trazer a “mestiçagem” para o centro, o título sugere não só um uso falho de “contraideologia” (na medida em que o mais apropriado, nos termos de Eduardo, seria “ideologia da mestiçagem”), mas também a essencialização da “raça”. Mas, como apontado anteriormente, o centro da questão para Eduardo era outro, localizado no poder e em sua influência na formação e fabricação dos sujeitos. Daí seu projeto de investigação e ação se construir junto às diferentes gerações dos movimentos negros brasileiros – núcleo descritivo e normativo do seu modelo intelectual.

Um convite aos que virão

Homem negro de pele clara e gay, Eduardo manifestava pelo seu discurso oral e escrito uma verve cáustica, muito pouco irreverente, mas bastante consciente daquilo que precisava desconstituir para que a construção de algo novo fosse possível. Seu discurso era o de alguém que se movia na fratura, no não-pertencimento, na tensão e no perigo de espaços dissolutórios – era o discurso de alguém que reconstruía fragmentos para forjar a luta. Seu fazer político,

atravessado pelo questionamento a respeito de como se conduzir como sujeito ético no mundo, era o de alguém que aproxima o que fala do que se faz.

Nesse compromisso mortal entre verdade e sujeito, o discurso de Eduardo carrega a urgência por trás da trama do negro brasileiro, na medida em que o racismo tem como tática apagar os registros da luta dos subalternos. A publicação tardia de *Contraideologia da Mestiçagem* revela como o silenciamento de Eduardo significou postergar, em algumas décadas, agendas de pesquisa sobre as relações raciais a partir da perspectiva negra. Da mesma forma, esse silenciamento também implicou (e continua a implicar) o rebaixamento das discussões que articulam relações raciais e estratégia política. Para Eduardo, falar de relações raciais era disputar concretamente as instituições (lutar pelo incremento da presença negra nos espaços de ensino, pela criação de núcleos de estudos afro-brasileiros, pela reformulação epistêmica) e, ao mesmo tempo, abrir o horizonte revolucionário: desenvolver a consciência negra para pôr fim à ordem sociorracial brasileira.

Da mesma forma como Eduardo via nas tarefas inconclusas das gerações anteriores a tarefa da sua geração, a sua obra por terminar nos ensina sobre os nossos compromissos com os impasses do presente. É no drama da passagem da contraideologia da negritude para a ideologia da negritude que nos encontramos e ainda somos simultâneos a Eduardo de Oliveira e Oliveira.

Referências

- CARVALHO, José Jorge de. O confinamento racial do mundo acadêmico brasileiro. *Revista USP*, São Paulo, Brasil, n. 68, 2006, p. 88-103.
- FAUSTINO, Deivison Mendes. Por que Fanon? Por que agora?: Frantz Fanon e os fanonismos no Brasil. Tese de doutorado, Sociologia, UFSCar, 2015.
- HARRIS, Marvin. Referential Ambiguity in Racial Identity. In: WHITTEN, Norman E. & SZEVED, John D. (eds.). *Afro American Anthropology Contemporary Perspective*. Nova York, The Free Press, 1970.
- RATTS, Alex. Corpos negros educados: notas acerca do movimento negro de base acadêmica. *NGUZU: revista do Núcleo de Estudos Afro-Asiáticos*, Londrina, v. 1, 2011, p. 28-39.
- OLIVEIRA, Eduardo de Oliveira e. *Contraideologia da mestiçagem*. Rafael Petry Trapp (org.). Rio de Janeiro, Zahar, 2025, 336p.
- ÓRÍ. Direção de Raquel Gerber. São Paulo: Agatha Produções, 1989. (91min), color.

Data de recebimento: 08 de novembro de 2025

Data de aceite: 10 de novembro de 2025

Como citar esta resenha:

SILVA, Fernanda Lima da; QUEIROZ, Marcos Vinicius Lustosa. Ideologia da negritude: Eduardo de Oliveira e Oliveira e a radicalidade do campo das relações raciais. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v.16, p. 1-9, e151469, 2026, Doi: <https://doi.org/10.14244/contemp.v16.1469>